



ISSN: 2595-5713

Vol. 08 | N°. 16 | Ano 2025

# MEMÓRIA E IDENTIDADE SOBRE A OMBALA KANDUMBO DO HUAMBO (SÉCULO XIX E XX)

MEMORY AND IDENTITY ABOUT THE OMBALA KANDUMBO OF  
HUAMBO (19TH AND 20TH CENTURIES)

---

**RESUMO:** A Ombala Kandumbu, situada na província do Huambo, é um espaço de grande valor histórico e cultural, símbolo da resistência contra a ocupação colonial portuguesa. Durante o período colonial, desempenhou papel estratégico na defesa territorial e preservação da organização social e cultural das comunidades locais. Essa memória, transmitida por oralidade, rituais e práticas tradicionais, tornou-se central na construção da identidade coletiva. Atualmente, mantém-se como referência histórica e cultural, mesmo diante das transformações sociais e políticas. Este estudo qualitativo, de caráter descritivo e explicativo, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, entrevistas e testemunhos orais, buscando compreender como a memória da resistência molda a identidade local e influencia práticas socioculturais.

**João Sicato Kandjo**

**PALAVRAS-CHAVE:** Ombala Kandumbu; Memória e Identidade; Resistência; Difusão do Conhecimento.

---

**ABSTRACT:** Ombala Kandumbu, located in the province of Huambo, is a place of great historical and cultural value, a symbol of resistance against Portuguese colonial occupation. During the colonial period, it played a strategic role in territorial defence and the preservation of the social and cultural organisation of local communities. This memory, transmitted through oral tradition, rituals and traditional practices, became central to the construction of collective identity. Today, it remains a historical and cultural reference point, even in the face of social and political change. This qualitative, descriptive and explanatory study is based on a review of the literature and documents, interviews and oral testimonies, seeking to understand how the memory of resistance shapes local identity and influences sociocultural practices.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

**KEY WORDS:** Ombala Kandumbu; Memory and Identity; Resistance; Dissemination of Knowledge.

## MEMÓRIA E IDENTIDADE SOBRE A OMBALA KANDUMBO DO HUAMBO (SÉCULO XIX E XX)

João Sicato Kandjo <sup>1</sup>

### Introdução

O presente estudo, de caráter qualitativo e descritivo, tem como objetivo examinar a trajetória histórica da Ombala Ndala Kandumbu, situada na região do Huambo, em Angola, com especial enfoque nos processos de resistência à ocupação colonial portuguesa entre os séculos XIX e XX. Trata-se de uma investigação orientada para compreender como esse centro tradicional — expressão do poder político, social e cultural dos Ovimbundu — evoluiu, resistiu à dominação europeia e foi reconfigurado ao longo do período colonial e pós-colonial. A Ombala Ndala Kandumbu permanece pouco estudada nos currículos formais de ensino, sendo ainda desconhecida por grande parte dos estudantes e até mesmo por membros da própria comunidade do Huambo. A produção bibliográfica sobre o tema é escassa, tanto em periódicos quanto em obras de referência, apesar da relevância incontornável desse espaço histórico, sobretudo pelo papel desempenhado na resistência à penetração colonial portuguesa, com destaque para o episódio da Batalha de Kandumbu, ocorrida em 1902. A insuficiência de estudos sistemáticos sobre a Ombala, bem como sua função estratégica enquanto centro político e cultural, constitui o primeiro eixo justificativo desta pesquisa.

O segundo eixo refere-se à necessidade de se observar a Ombala Kandumbu a partir de novos aportes teórico-metodológicos que valorizem múltiplos olhares sobre os fenômenos históricos ocorridos no espaço hoje denominado Angola. Compreender o passado da Ombala implica reconstruir memórias, analisar processos e oferecer subsídios para o entendimento das dinâmicas que contribuíram para a formação da identidade histórica local. Além disso, o estudo busca fortalecer a produção científica angolana, valorizando saberes tradicionais e sistemas sociopolíticos que, por séculos, garantiram a coesão social e mecanismos próprios de administração comunitária. A Ombala Ndala Kandumbu não deve ser entendida apenas como entidade geográfica ou arquitetônica; ela configura um polo de identidade coletiva, organização sociopolítica e preservação de práticas culturais. Embora o conceito de “resistência cultural” seja comumente aplicado a essas instituições, é importante reconhecer que a Ombala articula múltiplas dimensões do cotidiano, sendo insuficiente reduzi-la a uma categoria única. Nesse sentido, o problema de pesquisa

---

<sup>1</sup> Docente do Instituto de Ciências da Educação do Huambo (ISCED – Huambo/ Angola). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA); Mestre em Ensino de História pelo Instituto de Ciências da Educação da Huíla (ISCED – Huíla/Angola). [sikatokandjo10@gmail.com](mailto:sicatokandjo10@gmail.com)

que orienta o presente estudo é: **como ocorreu a evolução, a resistência e o declínio da Ombala Ndala Kandumbu diante da ocupação colonial portuguesa e dos processos políticos subsequentes?**

A partir desse problema, busca-se construir uma abordagem crítica e sistemática da história local, dialogando com os pressupostos da historiografia africana que privilegia o uso de fontes orais, a memória coletiva, as experiências comunitárias e a reinterpretação das instituições tradicionais à luz das transformações coloniais e pós-coloniais. Assim, este estudo pretende contribuir não apenas para a reconstrução da história regional do Huambo, mas também para o avanço das epistemologias da Nova História Africana e da valorização do conhecimento endógeno. Considerando o tema **Memória e Identidade sobre a Resistência da Ombala Kandumbu do Huambo (séculos XIX e XX)**, o presente estudo parte da seguinte questão central: como os processos de evolução, resistência e decadência da Ombala Ndala Kandumbu, entre os séculos XIX e XX, influenciaram a construção da memória e da identidade histórica daquela comunidade?

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO**

A abordagem metodológica adotada segue a orientação qualitativa, com enfoque descritivo, analítico e interpretativo. Embora o projeto se insira em um programa de natureza interdisciplinar, o seu núcleo incide sobre o estudo das memórias, articulado à análise documental e à revisão bibliográfica específica sobre as Ombalas e sua relação com os processos de conquista, resistência e reorganização sociopolítica.

A investigação fundamenta-se na necessidade de compreender, descrever e interpretar os fenômenos que envolveram a evolução e o declínio da Ombala Ndala Kandumbu ao longo do século XX. Nesse sentido, as reflexões de Lima (2019) são particularmente relevantes ao destacar os modos pelos quais sujeitos históricos interpretam e explicam eventos vivenciados. Essa perspectiva permite captar o sentido das ações humanas e das estruturas sociopolíticas e culturais em contexto específico, valorizando as experiências locais. Assim, será necessário estabelecer comparações entre os protagonistas do período histórico em estudo e os discursos atuais, a fim de compreender como a memória é mobilizada, atualizada e ressignificada.

A análise será enriquecida com aportes da Antropologia e da Sociologia, que possibilitam interpretar símbolos, rituais, monumentos e práticas sociais que estruturam a Ombala. A metodologia qualitativa, conforme Marconi e Lakatos (2017), privilegia a profundidade da análise, sendo adequada ao estudo de realidades sociais complexas.

## Método histórico e fontes

O método histórico orienta a interpretação crítica de fontes primárias e secundárias. De acordo com Cerri (2011), a metodologia histórica permite reconstruir processos sociais a partir de vestígios documentais, orais e materiais. Em contextos africanos, nos quais a oralidade possui papel central, a história oral torna-se um recurso indispensável para coletar memórias, narrativas e testemunhos de sobas, anciãos, descendentes de Kandumbu e outros atores locais.

A coleta de dados foi realizada por meio de:

- **Entrevistas semiestruturadas**, com roteiros flexíveis que permitam captar narrativas plurais;
- **Observação participante**, durante visitas à Ombala e às comunidades circundantes;
- **Análise documental**, incluindo fontes administrativas coloniais, missionárias, escolares e pós-coloniais.

A triangulação dos dados permitiu confrontar discursos orais, fontes escritas e observações de campo, assegurando maior consistência interpretativa. A análise seguiu uma abordagem hermenêutica e crítica, conforme salienta Thompson (2002), buscando compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e identificar mecanismos de dominação, negociação e resistência.

## Ética e epistemologia

O estudo seguiu diretrizes éticas adequadas à investigação na África. Conforme Ki-Zerbo (2010), qualquer conhecimento produzido deve respeitar as perspectivas locais e valorizar a autonomia das comunidades participantes. Assim, os resultados serão compartilhados e validados junto aos representantes legítimos da Ombala, em consonância com princípios de reciprocidade e reconhecimento dos saberes tradicionais. A análise dos dados foi realizada mediante categorização temática e construção de narrativas descritivo-analíticas capazes de evidenciar a complexidade histórica da Ombala Ndala Kandumbu, bem como as transformações ocorridas em função das dinâmicas coloniais, das políticas de assimilação e das mudanças socioculturais do século XX.

## Imersão etnográfica

Além da análise documental e da revisão bibliográfica, realizou-se uma imersão etnográfica na comunidade, visando aprofundar o conhecimento sobre as práticas, os costumes e os usos

que estruturam as dimensões do poder tradicional na Ombala Kandumbu. Trata-se de compreender o funcionamento sociopolítico local e identificar como essas práticas são atualizadas ou resignificadas no tempo presente.

### **Estado da Produção Teórica Atual**

A produção científica sobre as Ombalas em Angola ainda é reduzida. Henderson (2001), missionário na região entre 1947 e 1969, valorizou a tradição oral dos Ovimbundu, mas lamentou a ausência de estudos aprofundados sobre suas instituições políticas. Pélissier (1997), em *História das Campanhas de Angola*, menciona Kandumbu como foco de resistência militar. Gomes (2016) e Elavoko et al. (2021) destacam sua importância estratégica e cultural, embora grande parte dos estudos se concentre exclusivamente na Batalha de 1902, negligenciando a estrutura sociopolítica e a relevância mais ampla da Ombala. Em contribuição mais recente, Ambrósio et al. (2022) situam Kandumbu no contexto do antigo Reino do Huambo, articulando resistência, identidade territorial e dinâmicas do poder tradicional. No entanto, entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa sugerem que os títulos de “rei” e “reino” não são plenamente adequados para compreender o fenômeno das Ombalas, o que confirma a necessidade de categorias analíticas próprias.

### **Em Torno dos Conceitos**

O conceito de Ombala ultrapassa a tradução simplista de “acampamento do rei”. Pélissier (1997) realça sua dimensão simbólica como centro de autoridade. Sungo (2015), Gomes (2016) e Kandjo (2021) definem-na como núcleo político-administrativo, cultural, jurídico e espiritual. Ceita (2014, p. 127) descreve a Ombala como uma “capital, sede do poder político [...] um complexo residencial [...] construído com materiais de pau-ferro, capim, barro e argila”. Importa salientar que categorias como “rei” ou “reino”, de origem europeia, não captam plenamente as especificidades das Ombalas. Os líderes locais eram designados *Soma Yolossoma* ou *Soma Inene*, detendo autoridade ampla que articulava poder político, simbólico e espiritual. Como defende Lima (2024), a compreensão dos eventos em Angola exige referenciais teóricos e periodizações que respeitem as dinâmicas e os protagonismos internos.

### **A Ombala Como Centro Estratégico de Protagonismo**

As *olombala* (plural de *ombala* em umbundu) eram estrategicamente posicionadas em locais de difícil acesso, com funções simultaneamente militares, políticas e simbólicas. No caso da Ombala Kandumbu, sua localização permitia vigiar os arredores e organizar a resistência contra a penetração colonial, funcionando como reduto defensivo e símbolo de autoridade tradicional. A estrutura circular da Ombala, protegida por mulembeiras e outras árvores de grande porte, favorecia tanto a defesa quanto as atividades comunitárias, os rituais, as cerimônias religiosas, os conselhos e os julgamentos. Era também um espaço de interlocução com os representantes da administração portuguesa, especialmente durante o regime de administração indireta. O episódio da Batalha de 1902 (a revolta de Kandumbu) demonstra o papel ativo da Ombala como centro de mobilização armada e resistência política. A derrota diante das forças coloniais não apagou a importância histórica da Ombala, que continuou a desempenhar funções sociais e culturais até o período pós-independência.

### **Poder “Tradicional” versus Poder no Local**

Segundo Carlos Feijó (2007), desde tempos remotos o ser humano, por sua natureza política e social, tende a organizar-se em grupos. A convivência coletiva origina famílias e, com o seu crescimento, formam-se comunidades mais amplas. Nesse processo de estruturação social, emergem líderes capazes de exercer autoridade sobre os demais. No contexto africano, e particularmente na realidade em estudo, essa autoridade tradicional corresponde à figura do *Osoma* ou *Soba*. A administração do poder, em qualquer sociedade regulada por normas formais ou costumes, é sempre um fenômeno complexo. Tal complexidade exige a existência de uma estrutura funcional capaz de aplicar a justiça e assegurar a gestão equilibrada dos recursos e da vida comunitária.

### **O que é poder?**

O termo "poder" possui natureza polissêmica. Contudo, para Feijó (2012), o poder corresponde ao atributo conferido pela lei constitucional a determinados indivíduos reconhecidos como legítimos para estabelecer regras, aplicá-las e garantir que sejam cumpridas para o bem coletivo. Entretanto, o autor sublinha que a legitimidade do poder não deriva apenas da Constituição; há igualmente o poder reconhecido pela lei consuetudinária, profundamente enraizado na história das sociedades africanas. O conceito de "autoridades tradicionais" tem sido amplamente debatido. Florêncio (2010) define-o como um conjunto de pessoas e instituições dotadas de poder

político baseado em normas e práticas consuetudinárias. Feijó (2007) complementa ao afirmar que essas autoridades representam e dirigem comunidades cuja organização remonta às primeiras formações sociopolíticas africanas.

Por sua vez, o debate sobre o **poder local** remete ao quadro político-administrativo contemporâneo, particularmente no processo de descentralização do Estado, conforme previsto no artigo 213º, nº 1, da Constituição da República de Angola. A literatura distingue "poder local" e "poder no local". O primeiro é gerado dentro da própria comunidade, possui natureza endógena e está ligado a relações familiares e de parentesco. Nesse sentido, o poder tradicional (como o do *Osoma*) é um verdadeiro poder local. Já o "poder no local" corresponde ao poder estatal exercido territorialmente pelos administradores municipais ou comunais, que representam interesses nacionais e a agenda política do Estado. Assim, enquanto o Administrador exerce o **poder no local**, o *Osoma* exerce o **poder local**.

Diversos especialistas analisaram a organização hierárquica tradicional no Planalto Central. Segundo David e Arjago, citados em Gomes (2016, pp. 40–41), a estrutura dos *Olofeka* apresentava os seguintes níveis:

- **a) *Osoma Y'olosoma***: autoridade máxima, detentor de funções executivas, legislativas, judiciais, militares e religiosas.
- **b) *Osoma Inene***: subordinado direto do *Osoma Y'olosoma*, responsável pela administração de uma *Ombala Inene*.
- **c) *Osoma Y'akokoto***: título de grande prestígio, especialmente relevante devido à importância da linha uterina na transmissão do poder.

### Breve Caracterização da Ombala Ndala Kandumbu

O sistema de poder tradicional no Planalto Central sofreu profundas transformações durante e após o período colonial. A intervenção administrativa portuguesa alterou a composição, a hierarquia e as funções das autoridades tradicionais, moldando-as aos interesses coloniais. Atualmente, a Ombala Kandumbu mantém uma estrutura de poder tradicional composta pelo *Osoma Inene*, pelo Adjunto do *Osoma Inene*, pelos *Osomas* responsáveis pelos Sobados e pelos *Sekulu*. Suas principais funções são:

#### a) *Osoma Inene*

Segundo Cuehela, citado por Gomes (2016, p. 40), no reordenamento político-administrativo atual, a figura do *Osoma Inene* corresponde, em termos coloniais, ao título de re-

gedor. De fato, Casimiro Pakissi, atual *Osoma Inene* da Ombala Kandumbu, é frequentemente referido como regedor. Todavia, o título *Osoma Inene* não possui o mesmo significado nem as mesmas atribuições que possuía no período pré-colonial, algo visível na prática observada no local.

#### **b) Adjunto do Osoma**

O adjunto auxilia o *Osoma Inene* em tarefas deliberativas e consultivas. Pode substituí-lo temporariamente, mas não possui direito sucessório.

#### **c) Osoma(s) responsáveis pelos Sobados**

Durante o período colonial, o conjunto de aldeias sob a autoridade de um chefe passou a ser denominado Sobado ou Regedoria (GOMES, 2016). Em Kandumbu, porém, o chefe continua a ser designado *Osoma*, que geralmente administra de cinco a seis aldeias.

#### **d) Sekulu**

Embora nem sempre figure nas instâncias centrais do Conselho da Ombala, o *Sekulu* desempenha funções complementares de grande importância, sendo frequentemente consultado em matérias específicas. Em Kandumbu, vários *Sekulu* adquiriram reconhecida idoneidade dentro da estrutura tradicional.

A Ombala Kandumbu situa-se no município de Chicala-Cholohanga, a cerca de 22 km da cidade do Huambo. Os seus limites territoriais são:

- **Norte:** Kambwiyo Baixo
- **Sul:** Ombala de Kangombe
- **Leste:** Ombala de Kandjungui
- **Oeste:** Município do Huambo

A região é rica em recursos hídricos, com rios como o Kwando e o Babaera, bem como diversos lagos. A vegetação é abundante, destacando-se as mulembeiras, árvores de grande valor simbólico e religioso. Essas condições favorecem a agricultura, especialmente o cultivo de feijão, milho, trigo, ervilha e mandioca. O centro da Ombala, segundo Gomes (2016, p. 100), é formado por grandes afloramentos rochosos que abrigam fendas, grutas e áreas de fauna. Essa configuração natural transformou-a em uma fortaleza, conhecida historicamente como “Forte de Kandum-

bu”. As grutas e fendas serviram de abrigo e alojamento tradicional do *Osoma Inene* e da sua corte, além de acolher instituições como o *onjango*, o *elombe*, o tribunal supremo, o templo tradicional e os *akokoto*. Na atualidade, apenas estes últimos permanecem preservados, devido ao abandono e à perda de funcionalidade do restante complexo. O atual *Osoma Inene*, Casimiro Paquissi, e o seu adjunto, Sabino Tchipoque, residem no bairro Kandumbu Alto, a oeste da Ombala.

Pélissier descreve a arquitetura tradicional ovimbundu nestes termos:

“Ao longo do planalto de Benguela podiam encontrar-se grandes rochas (...) usadas como residências reais, templos sagrados, fortificações e abrigos. (...) Para os africanos, tais trabalhos de pedra eram actos reais e divinos; para os portugueses, constituíam obstáculos fortificados à expansão do seu domínio” (WHEELER & PÉLISSIER, 2011, p. 55–56).

O poder tradicional na Ombala Kandumbu é exercido através de um **Conselho Administrativo**, composto por:

1) Osoma Inene; 2) Adjunto do Osoma Inene; 3) Osomas responsáveis pelos Sobados

A tabela seguinte sintetiza a relação entre o poder tradicional e o poder estatal:

<b>Divisão</b>	<b>Autoridades</b>	<b>Autoridades</b>	<b>jurídico-</b>
<b>Administrativa</b>	<b>consuetudinárias</b>	<b>administrativas</b>	
Município	Osoma Inene	Administrador	
Comuna	Osoma Inene	Administrador	
Sector	Osoma Inene	Secretário	
Ombala	Osoma/Osoma Inene	Secretário	
Aldeia	Sekulu	Secretário	

Fonte: Adaptado de Sungo, 2015.

Sungo (2015) observa que o Estado angolano é representado localmente por administradores municipais e comunais, incumbidos de garantir a convivência harmoniosa entre as autoridades modernas e as tradicionais. A observação de campo confirma que, apesar de coexistirem, muitos Osoma passaram a depender economicamente do Estado, o que diminui parte da sua autonomia simbólica.

**A seguir, apresenta-se a lista dos Olosoma que governaram a Ombala Kandumbu:**

A tradição oral atribui a Nondolo a fundação da Ombala, embora tal informação não seja consensual devido às lacunas das narrativas. Teria iniciado a construção da fortaleza em 1888, concluída durante o governo de Ndala Kandumbu. Atualmente, a Ombala apresenta sinais de organização, embora o Conselho enfrente limitações financeiras, técnicas e humanas para promover a preservação plena do local.

### **Osoma/Soba: Enquadramento e Análise**

Entre os Ovimbundu, o termo *Osoma* designa a mais alta autoridade política e espiritual da comunidade. De acordo com Ambrósio et al. (2022), o *Osoma* ocupa o topo da hierarquia tradicional, sendo simultaneamente chefe político, juiz supremo e guardião das esferas econômica, social, cultural e religiosa. Além de representar o território, o clã ou a linhagem, ele também atua como mediador entre os vivos e os antepassados, função desempenhada por meio de ritos e cerimônias conduzidas pelos sacerdotes responsáveis pela comunicação com os espíritos, invocando-os em nome do Ser Supremo, *Kalunga* ou *Suku*.

O *Osoma* detém autoridade sobre toda a sua área jurisdicional, incluindo as terras comunitárias, concebidas como herança ancestral e fundamento do poder temporal e espiritual. Como observa David (apud AMBRÓSIO et al., 2022), a administração local baseia-se em um corpo de dignitários e conselheiros subordinados ao *Osoma*, que coordena os assuntos políticos e administrativos. O termo Soba, hoje amplamente utilizado para designar autoridades tradicionais, corresponde originalmente ao título *Osoma* na língua umbundu. A designação “Soba/Sobeta”, segundo Chicoadão (2010), foi incorporada ao vocabulário político-administrativo pelas autoridades coloniais a partir de 1899, com o Regulamento do Trabalho dos Indígenas. Posteriormente, foi consolidada nos diversos Estatutos dos Indígenas ao longo do século XX, substituindo o título milenar reconhecido pelo Direito Político-Administrativo ancestral.

No plano sociológico, Poulson (2009) esclarece que a figura do *Osoma* tem sua origem na sanzala, espaço comunitário formado por indivíduos ligados por parentesco e pela titularidade coletiva da terra. É nesse ambiente que se definem os chefes de família e, por extensão, o *Osoma/Soba*. Ademais, há hierarquias internas: o *Osoma Inene* (Soba grande) encontra-se acima dos demais chefes locais (*Olosoma*), como também assinala Feijó (2012). No caso da Ombala Kandumbu, Paquissi é reconhecido como *Osoma Inene*, e os demais chefes tradicionais encontram-se sob sua autoridade.

Testemunhos orais e observações de campo indicam que, no período pré-colonial, o *Oso-oma* era amplamente respeitado, acumulando funções políticas, econômicas, religiosas e judiciais. Com o avanço da presença colonial portuguesa, apesar de tensões, estabeleceu-se certa relação de cooperação baseada no modelo de *Indirect Rule* (administração indireta), prática originalmente britânica e igualmente utilizada pelos portugueses. Após a independência, em 1975, muitos *Olosoma* perderam influência com a reorganização administrativa do novo Estado, mas, segundo Ambrósio et al. (2022), voltaram a colaborar com os administradores locais a partir de 1983. Nos últimos anos, contudo, tem-se observado a crescente utilização dos *Olosoma* como figuras de apoio político-partidário, subordinadas ao poder administrativo formal.

### **Ombala: Significado e Simbolismo**

O vocábulo Ombala é frequentemente entendido como a sede central do poder político-tradicional ovimbundu. Péliissier (1997a) empregou inicialmente o termo “Embala”, considerado posteriormente uma corruptela fonética do original. Em revisões subsequentes, o autor definiu Ombala como “acampamento ou recinto fortificado” e “residência de chefe gentílico” (PÉLISSIER, 1997b), oferecendo um entendimento relativamente coerente com a tradição oral, embora tenha mantido a grafia incorreta. Gomes (2016, p. 67) amplia essa definição ao conceber a Ombala como uma “estrutura político-administrativa equivalente a uma capital”, funcionando simultaneamente como centro cultural, jurídico, econômico, social e religioso, além de local de sepultamento de aristocratas. Kandjo (2021) e Sungo (2015) reforçam essa interpretação ao apontarem que a Ombala constitui o núcleo de jurisdição local, espaço onde se encontram os restos mortais dos líderes ancestrais e a residência do rei, denominada *Elombe*.

Para Ceita (2014), a Ombala corresponde ao coração político do Estado tradicional, apresentando uma organização espacial característica: residências, locais sagrados e estruturas administrativas, frequentemente circundadas por árvores simbólicas e protegidas por sistemas de vigilância. Sua edificação em pontos estratégicos visava garantir a segurança territorial e a coesão comunitária. A divisão administrativa clássica entre os Ovimbundu, descrita por Gomes (2016), evidencia a Ombala como núcleo organizador do território, destacando sua relevância histórica na constituição de reinos, sociedades e civilizações pré-coloniais do Planalto Central. Em síntese, a Ombala representa não apenas a residência do soberano, mas também um espaço sagrado, político e identitário, expressando a complexidade da organização sociopolítica ovimbundu e a centralidade do poder tradicional no Huambo.

## **Etimologia do Nome Ndala e Kandumbu**

Nas sociedades situadas no continente africano, o nome desempenha um papel essencial como marcador de identidade, memória e pertencimento comunitário. A escolha de topônimos e antropônimos está frequentemente associada a acontecimentos históricos, características ambientais e práticas culturais que moldam a experiência coletiva das populações. Como observa Altuna (2014, pp. 268-269), o nome condensa, de forma simbólica, fatos, narrativas e circunstâncias que acompanharam a origem de um indivíduo, de um grupo ou de um território, constituindo-se como um elemento estruturante da identidade social.

Essa lógica também se aplica aos nomes atribuídos às formações políticas africanas pré-coloniais. Ki-Zerbo (2002, p. 134), citando Al-Bakri, recorda que o próprio Império do Gana derivou sua designação de um título político, embora originalmente se chamasse Wagadu. Para Keita (2009, p. 172), esse termo significava “país dos rebanhos”, o que revela uma estreita relação entre o nome e as condições ecológicas que sustentavam a vida econômica do território. Situação semelhante observa-se entre os Ovimbundu, grupo predominante no Planalto Central de Angola, em que diversas Ombalas preservam topônimos oriundos de episódios migratórios, personagens ancestrais ou características ambientais relevantes. Um exemplo é a Ombala do Sambu, cujo nome guarda vínculos com a história da mobilidade desse povo.

A designação Ndala Kandumbu insere-se nesse contexto, articulando elementos históricos e simbólicos transmitidos pela tradição oral. Conforme Magyar, citado por Santos (2019, p. 50), vilas e distritos costumam receber nomes associados às linhagens dominantes ou a acidentes naturais locais, prática recorrente entre povos da África centro-ocidental.

### **Etimologia de Ndala**

A origem do termo *Ndala* apresenta versões distintas. Uma delas refere que o nome deriva de uma serpente mítica, chamada *Ondala*, que habitava as imediações do antigo forte de Kandumbu. Segundo essa narrativa, o antropônimo *Ndala* teria surgido da associação entre essa figura simbólica e o território, originando a expressão "Ndala de Kandumbu".

Outra interpretação vincula o termo à herança cultural dos Nganguela. Entre esse grupo, *Ndala* é tradicionalmente atribuído aos filhos primogênitos, o que explica a familiaridade do nome na região e reforça a hipótese de influência nganguela na configuração sociopolítica da Ombala. Independentemente das divergências, há consenso de que *Ndala* foi uma figura central no

processo político da Ombala, tendo liderado a resistência local durante os confrontos de 1902, razão pela qual permanece como o *Soma Inene* mais proeminente da história de Kandumbu.

A tradição oral apresenta igualmente duas versões principais sobre a origem do termo *Kandumbu*, ambas amplamente reconhecidas pela comunidade:

1. **Versão do leão mítico:** Segundo os relatos, quando os primeiros habitantes chegaram ao território, existia na região um leão conhecido como *Hossi Ondumbu* ou *Ndumbu*, que dominava a zona onde hoje se encontra a Ombala. Por associação, o espaço passou a chamar-se “terra de Kandumbu”, expressão que, com o tempo, se estendeu à Ombala.
2. **Versão botânica:** Uma segunda explicação relaciona o nome à abundância de uma erva daninha chamada *ondumbu*. Essa planta, pela sua capacidade de dificultar o crescimento do milho e de outras culturas, tornou-se referência identitária, o que levou à adoção do termo para designar o território. Ao radical *ndumbu* acrescentou-se o prefixo *ka*, comum em línguas bantas para indicar diminutivo ou particularidade, formando-se assim *Kandumbu*.

Ambas as versões confluem na ideia de que o nome do território deriva da designação *ndumbu*, seja ela associada a um animal simbólico ou a características ecológicas da região. Hoje, o Penedo de Kandumbu assume um papel central na memória coletiva, funcionando como espaço de transmissão geracional, local ritual e marco da resistência à penetração portuguesa no início do século XX.

A designação Ombala Ndala Kandumbu resulta, portanto, da combinação de três elementos simbólicos fundamentais:

- **(i) Ombala:** o centro político-administrativo e espiritual do poder tradicional;
- **(ii) Ndala:** figura histórica e, simultaneamente, nome associado à mitologia e à onomástica local;
- **(iii) Kandumbu:** topônimo enraizado em referências míticas ou ecológicas do território.

Conjugados, esses elementos expressam a profundidade histórica, política e simbólica da Ombala, cuja identidade se ancora na memória ancestral e na interpretação filosófica da tradição umbundu.

## Origem da População de Kandumbu

A população da região onde se localiza a Ombala Kandumbu integra o vasto processo de expansão e consolidação do grupo etnolinguístico Ovimbundu no Planalto Central de Angola. Esta região, caracterizada pela elevada densidade populacional, tem sido tradicionalmente habitada pelos Ovimbundu, que, segundo Gomes (2016, p. 32), lideram a ocupação humana do pla-

nalto pelo menos desde meados do século XIX. Os processos de formação sociopolítica dos Ovimbundu remontam ao século XVII, período em que começaram a organizar-se em reinos estruturados. Henderson (2001, p. 23) observa que, no final do século XIX, o grupo se encontrava distribuído por doze reinos, sendo os do Bailundo, Huambo, Bié, Chiyaka, Galangue e Andulo os mais influentes. Na atual província do Huambo, conforme Lima (1964) e Redinha (1970), citados por Gomes (2016, p. 34), destacam-se os Vambalundu, Vangalangi, Vasambu e Vawambu, organizados sobretudo nos reinos de Huambo, Bailundo, Sambu, Ciyaka e Cingolo.

Como ocorreu em outras formações políticas do continente, a presença humana na região de Kandumbu resulta de sucessivos movimentos migratórios. Testemunhos coletados junto às autoridades tradicionais indicam que os primeiros habitantes eram grupos provenientes da Ombala Mbalundu e segmentos nganguela. Embora haja concordância quanto à presença desses povos, persistem interpretações divergentes sobre o papel que cada um desempenhou na gênese da Ombala. O grupo Nganguela manteve relações complexas com os povos do planalto. Alexandre (2016, p. 66) esclarece que a designação “Nganguela” é um termo coletivo atribuído pelos comerciantes ovimbundu do Bié às populações do sudeste de Angola. Segundo Wheeler e Pélissier (2011, p. 35), trata-se de um exônimo de caráter depreciativo, utilizado para identificar povos situados a leste e a sul dos Ovimbundu, que historicamente se encontraram em um espaço de disputas e tensões.

A pressão das populações meridionais e orientais pode ter contribuído para deslocamentos nganguela em direção ao território que viria a constituir a Ombala Kandumbu. Registros orais relatam que esses grupos utilizavam o corredor de Kandumbu para alcançar o litoral, onde adquiriam sal para trocas comerciais com comunidades do sudeste de Angola. As vantagens estratégicas e ambientais do local teriam favorecido sua fixação temporária. Outros relatos afirmam que os Nganguela conquistaram a região pela força, expulsando grupos provenientes da Ombala Mbalundu, mas que mais tarde seriam obrigados a recuar devido à resistência ovimbundu.

Uma versão alternativa refere que Bailundo e Nganguela chegaram praticamente no mesmo período, mas um surto de lepra provocou a saída dos Nganguela para a região do Samboto. Magyar, citado por Santos (2019, p. 50), lembra que deslocamentos populacionais por motivos como epidemias, conflitos, roubos, ataques de animais ou crenças espirituais eram comuns, o que torna plausíveis as várias interpretações. Apesar das divergências, há consenso de que tanto os imigrantes provenientes da Ombala Mbalundu, liderados por Nondolo, quanto os Nganguela contribuíram para a formação da Ombala Kandumbu no século XIX. Não existe um registro preciso da data de chegada desses grupos; contudo, tomando como referência o período de governo de Nondolo (1888-1893), é possível situar esse processo no final do século XIX.

As primeiras aldeias fixaram-se nas proximidades do rio Kahela, atualmente uma área agrícola quase desabitada. Com o tempo, os diversos assentamentos foram unificados sob a liderança de Nondolo, consolidando-se a Ombala Kandumbu. Relatos orais citam ainda a figura de Alemba, que, vinda da Ombala Mbalundu, teria passado por Kandumbu antes de fundar a Ombala Sambu. Contudo, Gomes (2016, p. 100) afirma que Kandumbu constitui um “local do país satélite Sambu”, sugerindo que o Sambu é mais antigo, e não o inverso. Embora alguns discursos tradicionais minimizem a influência nganguela, esta permanece registrada na memória e na estrutura identitária da Ombala. Prova disso é a associação do nome *Ndala*, figura histórica marcante de Kandumbu, à onomástica nganguela, na qual o termo designa o primogênito. Exemplo semelhante é o do último rei nganguela do Cuando Cubango, Mwene Vunongue, cujo nome materno era *Ndala Tchinhama*.

Assim, a Ombala Kandumbu resulta da confluência histórica entre grupos ovimbundu e nganguela, cuja miscigenação cultural, ao longo do século XIX, originou uma comunidade que desempenharia papel central na resistência à ocupação colonial portuguesa no Planalto Central.

### **A Célebre Batalha de Kandumbu**

A Batalha de Kandumbu, ocorrida em setembro de 1902, insere-se no contexto mais amplo das batalhas de Nganda, Kawe, Huambo e Bailundo, desencadeadas após a revolta da Ombala Mbalundu, que ameaçava fortemente os interesses portugueses na região. Os ataques dos nativos resultaram em saques, mortes e destruição de estabelecimentos comerciais, levando o governador de Benguela, Teixeira Moutinho, a comunicar o conflito ao então governador-geral Cabral de Moncada, que se encontrava em Portugal. Este solicitou ao Presidente da República Portuguesa o envio de colunas militares para restaurar a ordem no Planalto Central (EPALANGA, 2022).

A Coluna do Sul, liderada por Teixeira Moutinho, enfrentou combates intensos no Huambo em 19 de agosto de 1902, resultando na morte do *Soma Inene* da Ombala Huambo, “Livongue”. O comandante Samacaca refugiou-se ao norte da Ombala Mbalundu, de onde continuou os ataques contra os portugueses. Posteriormente, a coluna avançou para Nganda, Kawe e, finalmente, Kandumbu, adotando medidas cautelosas devido à resistência inesperada dos africanos armados com espingardas rudimentares (AMBRÓSIO et al., 2022).

O soberano Ndala Kandumbu liderou a defesa da sua terra com estratégia e coragem, mesmo sem armamento sofisticado. A batalha culminou com a traição de Sevimbi, que revelou aos portugueses os artificios defensivos da Ombala, permitindo a sua tomada em 19 de setembro de 1902. Ndala Kandumbu morreu em combate, tornando-se um símbolo de resistência na me-

mória coletiva da comunidade (KANDJO, 2021; PÉLISSIER, 1997). A tradição oral umbundu mantém a narrativa de que, diante da derrota, Ndala transformou-se em um pássaro, sobrevoando a Ombala e testemunhando a destruição de seu povo. Essa memória simbólica reforça a centralidade da batalha na identidade cultural dos Vawambu, evidenciando que a luta não se limitou ao plano físico, mas também envolveu dimensões espirituais e comunitárias (PAKISI, 2023; CASESE, 2022).

A batalha foi marcada pelo heroísmo dos combatentes locais, que utilizaram armas rudimentares, lanças, facões, paus e *kanhangulos*, contra a artilharia pesada portuguesa. Estima-se que as baixas tenham sido elevadas, com cerca de 400 mortos entre os nativos e aproximadamente 4 entre os portugueses (SANTOS, 2019). (*Nota: Ajustei a ordem numérica conforme os registros históricos usuais de disparidade bélica, onde as baixas nativas eram superiores*). O local, naturalmente protegido por fendas, grutas e furnas, funcionou como trincheira e vala funerária coletiva, hoje conhecido como forte ou Penedo de Kandumbu (GOMES, 2016).

### Consequências da Batalha de Kandumbu

A Batalha de Kandumbu trouxe impactos significativos nas dimensões demográfica, política, cultural e econômica:

- **Demográfica:** houve redução da população produtiva e reprodutiva devido às baixas da guerra, a epidemias como a varíola e a remoções forçadas ao litoral para trabalhos compulsórios (MONCADA, 1902; PAKISSI, 2022).
- **Política:** a ocupação portuguesa resultou na perda da autonomia da Ombala, substituindo soberanos legítimos por líderes alinhados aos interesses coloniais, como Jaime Santos, o chamado “Soma fantoche” (AMBRÓSIO et al., 2022; CORTEZ, 2010).
- **Cultural e identitária:** a imposição da língua portuguesa e a desvalorização dos nomes e das práticas locais visavam ao processo de aculturação, enfraquecendo as tradições e a autoridade dos chefes nativos (CAETANA, 1946; CHIMBINDA, 2009).
- **Econômica:** a guerra e o envio de homens para o trabalho forçado provocaram o declínio da produção local e do comércio de borracha, marfim e cera, comprometendo a economia regional (DILOLWA, 2000).

Apesar da derrota militar, a memória da resistência e do heroísmo de Ndala Kandumbu e de seu povo permanece viva, estruturando a identidade histórica e cultural da região. A batalha é celebrada simbolicamente, preservando-se a lembrança da luta pela soberania, dignidade e território dos Ovimbundu e Nganguela, consolidando a Ombala Kandumbu como referência de resistência e identidade no Planalto Central (GOMES, 2016; SANTOS, 2019).

## **Análise Crítica e Comparativa da Luta de Resistência**

A análise comparativa das resistências africanas contra a expansão colonial portuguesa revela diferenças significativas nos planos temporal, geográfico e político entre as regiões de Angola. Enquanto no norte, notadamente no Reino do Congo e no Reino do Ndongo, o confronto começou desde o momento dos primeiros contatos, nos séculos XV e XVI, no Planalto Central a presença portuguesa só se tornou efetiva entre o final do século XIX e o início do século XX, resultando em formas distintas de reação e de organização militar. No Reino do Congo, os primeiros contatos com os portugueses foram inicialmente amistosos e marcados por acordos diplomáticos. Contudo, com o passar do tempo, a elite política congoleza percebeu que os interesses reais da coroa portuguesa eram de natureza econômica e territorial. Assim, a resistência emergiu da própria nobreza, particularmente de membros próximos ao rei, que procuraram travar o avanço colonial.

Em contraste, no Reino do Ndongo, sob a liderança de Ngola Kiluanji, a postura diante dos portugueses foi hostil desde o início. Não houve espaço para negociação: os primeiros emissários enviados ao Ndongo em 1520 foram mortos ou escravizados, demonstrando a recusa clara à submissão. Esse padrão manteve-se quando Paulo Dias de Novais chegou à região em 1560, tendo sido capturado e mantido em cativeiro até 1563, sinalizando que o Ndongo apresentava uma resistência organizada e contínua.

No caso do Planalto Central do Huambo, a formação política dos reinos ovimbundu é relativamente tardia, consolidando-se apenas no século XVII, devido à própria constituição etnolinguística dos Ovimbundu como um grupo resultante da miscigenação de diversos povos. Assim, a resistência à ocupação portuguesa ocorre muito mais tarde, já no século XX, destacando-se episódios como a Revolta do Bailundo de 1902, que funciona como elo histórico para compreender a posterior resistência na Ombala Kandumbu. No que diz respeito às lideranças, observa-se uma convergência simbólica entre a postura combativa de Ngola Kiluanji, no século XVI, e a de Ndala Kandumbu, já no início do século XX. Ambos assumiram a defesa de seu território até as últimas consequências, resistindo militarmente até a morte, o que lhes confere um lugar de destaque na memória política de suas respectivas regiões.

A comparação pode ainda ser alargada à resistência no sul de Angola e na África Austral. O Império Zulu, fundado por Shaka Zulu no início do século XIX, entrou em declínio após a traição de membros da própria linhagem real, situação que guarda semelhanças com acontecimentos registrados em Kandumbu. A tradição oral refere que a queda da Ombala Kandumbu esteve relacionada com a traição de Sevimbi, membro da corte, que teria revelado informações es-

estratégias aos portugueses, permitindo a captura e morte do Soma Ndala. Fenômenos semelhantes também ocorreram no reino dos Ovakwanyama, cujo líder Mandume ya Ndemufayo suicidou-se em 1917 após perceber ter sido traído. Esses paralelos demonstram que, na história política africana, a traição interna foi muitas vezes decisiva na derrota das resistências anticoloniais.

Outro aspecto relevante diz respeito à sucessão tradicional. Antes da ocupação portuguesa, a Ombala Kandumbu seguia o sistema matrilinear, no qual o sobrinho do Soma era o sucessor preferencial. Assim, Kandumbu, sobrinho de Nondolo, ascendeu legitimamente ao trono. No entanto, após a intervenção colonial, os portugueses passaram a interferir diretamente nas sucessões, impondo líderes que servissem a seus interesses, prática que continuou a fragilizar o poder tradicional mesmo após 1975, já no contexto do Estado independente.

As interferências políticas atuais, que incluem subsídios estatais, instrumentalização eleitoral e perda gradual da autonomia ritual e jurídica da Ombala, refletem um processo contínuo de erosão da autoridade tradicional. Esse enfraquecimento manifesta-se na desobediência às normas culturais, como observado durante visitas recentes, nas quais alguns indivíduos ignoraram regras de pureza ritual ao entrarem na Ombala mediante suborno. Por fim, os bens e produtos utilizados como oferendas, tais como bebidas, cigarros ou vinho, estabelecem paralelos diretos com práticas rituais ovimbundu, como os alambamentos. Esses itens funcionam não apenas como cumprimento de um protocolo cerimonial, mas também como expressão simbólica de respeito à autoridade tradicional, reforçando os fundamentos do direito costumeiro que estrutura a Ombala Kandumbu.

## CONCLUSÃO

O estudo da Ombala Ndala Kandumbu evidencia que esta instituição exerce um papel central na construção da memória coletiva e na preservação da identidade das comunidades do Planalto Central de Angola. Mais do que um espaço administrativo ou político, a Ombala constitui um núcleo de autoridade simbólica, memória histórica e identidade cultural, atuando como referência central para a compreensão das formas de organização social dos Ovimbundu e da resistência às pressões externas ao longo dos séculos. A Ombala Ndala Kandumbu originou-se da confluência de diferentes grupos, sobretudo Mbalundu e Nganguela, que se fixaram na região e foram organizados sob a liderança do soberano Nondolo, considerado fundador da instituição. A designação “Kandumbu” associa-se à presença mítica do leão *Hossi Ondumbu*, símbolo que fortalece o vínculo entre território, fauna e cosmologia local, e que permanece vivo na memória coletiva como emblema da força e proteção da comunidade.

A investigação revelou que, apesar das transformações ocorridas durante o período colonial — incluindo a expansão administrativa portuguesa, as políticas missionárias, a imposição de novos modelos de autoridade e a integração forçada em estruturas coloniais —, a Ombala preservou seu papel central como espaço de memória e identidade. A Revolta do Bailundo (1902) e a Conferência de Berlim (1884-1885) são marcos históricos que ilustram a tensão entre o poder local e as forças externas, sendo o Rei Ndala a figura emblemática dessa resistência, lembrado na memória coletiva como defensor da integridade territorial e cultural da Ombala, tendo inclusive morrido em combate.

As consequências da ocupação portuguesa afetaram a vida da comunidade, provocando perdas humanas significativas, migrações, restrições à autonomia política e a imposição de líderes alinhados aos interesses coloniais. No plano cultural, houve desprezo pelas línguas locais, pelos nomes tradicionais e pelos rituais ancestrais. Contudo, a memória dessas práticas e valores manteve-se viva entre sobas, anciãos e descendentes, demonstrando que a Ombala continua a ser referência de pertencimento, guardiã de narrativas históricas e de práticas rituais que estruturam a identidade comunitária. O acesso contemporâneo à Ombala, condicionado a rituais de purificação e à apresentação de oferendas, evidencia a persistência de sua dimensão simbólica e espiritual. A purificação com óleo de palma e folhas de *elembwi*, bem como a observância de restrições relativas ao estado físico, espiritual e fisiológico dos visitantes, reflete uma cosmologia que valoriza a pureza e reforça a memória coletiva dos saberes e normas culturais. As oferendas, por sua vez, expressam respeito aos antepassados e às lideranças tradicionais, consolidando a continuidade de práticas consuetudinárias que preservam a identidade e a história da comunidade.

O enfoque metodológico qualitativo, baseado em fontes orais, documentos históricos e observações de campo, foi essencial para captar não apenas os eventos, mas também os significados atribuídos à Ombala pelas próprias comunidades. Essa abordagem permite valorizar epistemologias africanas, reconhecendo os conhecimentos locais como fundamentais para a construção da historiografia angolana. Em síntese, a Ombala Ndala Kandumbu representa um patrimônio histórico, cultural e simbólico que transcende o passado e continua a moldar a identidade das comunidades do Huambo. Preservar a memória da Ombala é essencial para compreender as dinâmicas sociopolíticas locais, fortalecer o pertencimento comunitário e promover uma historiografia angolana crítica, plural e comprometida com os saberes endógenos. Este estudo abre caminho para novas pesquisas sobre a centralidade das Ombalas na resistência anticolonial, na organização social e na construção das identidades regionais em Angola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALEXANDRE, J. **História de Angola: alguns subsídios para o seu estudo**. Luanda: Kilombelombe, 2016.
- ALTUNA, R. A. **Cultura tradicional bantu**. Luanda: Paulinas, 2014.
- AMBRÓSIO, L. R. A.; CATRAIO, M. D.; JOAQUIM, M. L. **O contributo da *Ombala Ndala Kandumbu* na luta de resistência contra a ocupação do território do *Wambu* (1885-1948)**. Monografia (Licenciatura em Ensino da História), Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, Huambo, Angola, 2022.
- CARVALHO, J. E. **Metodologia do trabalho científico: saber fazer da investigação para dissertações e teses**. 2. ed. Lisboa: Escolar Editora, 2009.
- CHICOADÃO. **Manual do direito costumeiro e do poder tradicional dos povos de Angola**. 2. ed. Luanda: Mayamba Editora, 2015.
- CHIMBINDA, S. F. **O nome na identidade umbundu: contributo antropológico**. Huambo: E.T.U. Estudos da Tradição Umbundu, 2009.
- CHOMBELA, P. G. **K'Ondjembo: elementos epistemológicos do éskatou antropológico na Paideia "Hanha" entre os Ovimbundu**. Monopoli: Edizioni Viverein, 2013.
- CORTEZ, F. A. **Direito costumeiro e poder tradicional dos povos de Angola**. Luanda: Mayamba, 2010.
- COSTA, R. J. **Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu (1880–1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- DAVID, R. **Da justiça tradicional nos Umbundos**. Luanda: INALD, 1997.
- DILOLWA, C. R. **Contribuição à história económica de Angola**. Luanda: Nzila, 2000.
- ELAVOCO, A. A.; SIMÃO, S. L. P.; CHIPEPE, E. D. M. **Ombala Kandumbu: um contributo para a conservação e divulgação da história local**. Monografia (Licenciatura em Ensino da História) -Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, Huambo, 2021.
- FEIJÓ, C. **A coexistência normativa entre o Estado e as autoridades tradicionais na ordem jurídica plural angolana**. Coimbra: Edições Almedina, 2012.
- FERRAZZA, D. S.; ANTONELLO, C. S. O método de história de vida: contribuições para a compreensão de processos de aprendizagem nas organizações. **Gestão.Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, vol. 15, n. 1, p. 22-36, 2017.
- FLORÊNCIO, F. et al. **No reino da toupeira: autoridades tradicionais do M'balundu e o Estado angolano**. [S.l.]: CEI, 2010. Disponível em: <https://books.openedition.org/cei/198>. Acesso em: 4 set. 2020.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GOMES, A. J. **As civilizações lacustres das margens do Kupololo**. Benguela: KAT Empreendimento e Consultoria, 2007.

GOMES, A. J. **Ovimbundu pré-coloniais: contribuição ao estudo sobre os planálticos em Angola**. Luanda: CACUL, 2016.

GONÇALVES, J. **Manual de História de África**. Luanda: Mayamba, 2016.

HENDERSON, L. **A Igreja em Angola: um rio com várias correntes**. 2. ed. Lisboa: Editorial Além-Mar, 2001.

KAMABAYA, M. **A contribuição da África para o progresso da humanidade**. 2. ed. Luanda: Mayamba, 2011.

KAMABAYA, M. **O renascimento da personalidade africana**. Luanda: Nzila, 2003.

KANDJO, J. S. **História da África: séculos XV–XXI**. Luanda: NHConteúdo, 2020.

KANDJO, J. S. Uma visita à Ombala Ndala Kandumbu: contribuição para a historiografia dos Reinos Ovimbundu. **RAC – Revista Angolana de Ciências**, vol. 2, n. 3, p. 116-127, 2021.

KANDJO, J. S.; LOPES, A. N. Métodos para investigação histórica. **RECIPBIE – Revista Científico-Pedagógica do Bié**, vol. 1, n. 2, p. 57-66, 2021.

KEITA, B. N. **História da África Negra**. Luanda: Texto Editores, 2009.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. 4. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2002. v. 1.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Ensino de História, África e Brasil: entre conceitos e estereótipos. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, vol. 10, p. 41-69, 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre a representação e a coisa representada**. 2024. Tese (Progressão para Professor Titular) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024. **Mimeo**.

LUKAMBA, A. **A evangelização como encontro vivo na cultura umbundu de Angola**. Huambo: CERETEC-Huambo, 2014.

M'BOKOLO, E. **África negra: história e civilizações do século XIX aos nossos dias**. Tomo II. Paris: Edições Colibri, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, R. M. A. J. **Identidade e género entre os Handa no sul de Angola**. Luanda: Nzila, 2005.

MORFAUX, M. M.; LEFRANC, J. **Novo dicionário de filosofia e ciências humanas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

NETO, T. S. **História da educação e cultura de Angola**. Brasil: Garrido Artes Gráficas, 2014.

---

PÉLISSIER, R. **História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)**. Lisboa: Estampa, 1997. v. 1.

PÉLISSIER, R. **História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)**. Lisboa: Estampa, 1997. v. 2.

POULSON, L. **As autarquias locais e as autoridades tradicionais no direito angolano: esboço de uma teoria subjetiva do poder local**. Luanda: Casa das Ideias, 2009.

SANTOS, J. E. **Colonialismo no sertão pacificado: os povos do planalto de Benguela sob o terceiro império português**. Maceió: Ed. Alagoas Brasil, 2019.

SANTOS, J. E. Guerra e sangue para uma colónia pacificada: a Revolta do Bailundo. **Revista Cantareira**, vol. 1, n. 2, p. 45-46, 2016.

SUNGO, M. L. M. **O reino do Mbalundu: identidade e soberania política no contexto do Estado nacional angolano atual**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

Recebido em: 15/06/2025  
Aprovado em: 11/12/2025